



SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 4 - Engenharias e
Arquitetura - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU** para o **Bloco Temático 4 - Engenharias e Arquitetura**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/HnDd>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

2. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) reduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando apenas a legalidade formal dos atos do poder público.
- b) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, sem pretensões transformadoras, que apenas garante igualdade formal.
- c) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.
- d) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.
- e) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

4. O presidencialismo de coalizão, conceito de Sérgio Abranches, explica a dinâmica da governabilidade no Brasil.

Considerando esse arranjo institucional, é correto afirmar que:

- a) a fragmentação partidária favorece a governabilidade, pois amplia a base parlamentar do presidente.
- b) a dificuldade de o presidente formar maioria no Congresso decorre da dispersão de partidos, exigindo negociações para formar coalizões.
- c) a Constituição de 1988 proíbe expressamente a existência de mais de dois partidos políticos no país.
- d) no presidencialismo de coalizão, o presidente governa sem depender do Legislativo, com apoio direto da sociedade civil.
- e) a fragmentação partidária impede a existência de coalizões, tornando inviável o funcionamento do sistema político.

5. A Constituição de 1988 instituiu diversos mecanismos de participação popular e de controle social sobre as políticas públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) as ouvidorias públicas atuam como canais de diálogo entre o cidadão e o Estado, recebendo manifestações e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.
- b) a ação popular é restrita a parlamentares, por se tratar de instrumento de fiscalização de atos administrativos.
- c) os conselhos gestores de políticas públicas são meramente consultivos, sem caráter deliberativo ou de controle social.
- d) o plebiscito é convocado após a decisão legislativa, funcionando como referendo popular.
- e) o Plano Plurianual Participativo é apenas um exercício acadêmico, sem força normativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Stefan Fantini*

6. Uma corrente tem ganhado destaque na formulação de políticas públicas, valorizando o uso de dados, pesquisas e avaliações criteriosas, de modo a reduzir a influência de percepções subjetivas e decisões baseadas apenas na intuição dos gestores. Esse enfoque privilegia análises criteriosas para orientar a tomada de decisão governamental. Essa abordagem recebe o nome de:

- a) Políticas públicas reativas
- b) Políticas públicas distributivas
- c) Políticas públicas tradicionais
- d) Políticas públicas baseadas em evidências
- e) Políticas públicas participativas

7. No ciclo das políticas públicas, há avaliações que ocorrem em diferentes etapas. Quando a análise é feita previamente à implementação da política ou programa, com a finalidade de verificar sua viabilidade e antecipar possíveis falhas no desenho ou na formulação, essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Somativa
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação In Itinere
- e) Avaliação Posterior

8. Em uma capital brasileira, após diversos estudos técnicos, o governo anunciou oficialmente a criação de um programa de incentivo ao transporte coletivo, prevendo recursos no orçamento e estabelecendo prazos de execução. Nesse caso, o tema passou a integrar a:

- a) Agenda política
- b) Agenda midiática
- c) Agenda estratégica
- d) Agenda formal
- e) Agenda comunitária

9. Na análise de agenda governamental, os problemas públicos podem evoluir de diferentes formas: súbita, incremental, estável, cíclica ou em declínio. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A persistência da desigualdade de renda em certas regiões, mantendo-se praticamente no mesmo nível ao longo do tempo, exemplifica um problema estável.
- b) O crescimento contínuo da violência urbana ao longo dos anos representa um problema em declínio.
- c) O aumento de casos de gripe em períodos específicos do inverno corresponde a um problema incremental.
- d) O acidente em uma barragem, com forte repercussão imediata, é exemplo de problema em declínio.
- e) A queda gradual da taxa de analfabetismo no país ilustra um problema súbito.

10. Na avaliação das políticas públicas, diferentes critérios podem ser aplicados para analisar o desempenho das ações governamentais. Considere as assertivas a seguir:

- I. O critério de eficácia refere-se ao grau em que as metas ou objetivos previamente definidos foram alcançados.
- II. A efetividade analisa se os resultados obtidos transformaram a realidade, atendendo às necessidades do público-alvo.
- III. A economicidade refere-se ao nível de utilização dos recursos (inputs).
- IV. A equidade trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

11. Em um órgão federal, foi instaurado processo para apurar uma denúncia de violação ao Código de Ética por parte de um servidor, com vínculo temporário com a Administração Pública. A Comissão de Ética competente, após analisar os fatos e ouvir o servidor, concluiu pela aplicação de censura.

Conforme o Decreto nº 1.171/1994, a Comissão de Ética, ao aplicar a sanção, deveria:

- a) encaminhar o parecer com a penalidade para a autoridade máxima do órgão, para que esta decida se aplica ou não a censura.
- b) garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo a fundamentação da pena restrita aos membros da comissão.
- c) publicar a decisão no Diário Oficial da União para dar publicidade e servir de exemplo aos demais servidores.
- d) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores daquele órgão os registros sobre a conduta do servidor, para o efeito de instruir e fundamentar eventuais promoções.
- e) rever a censura aplicada, em razão de tratar-se de servidor temporário, não alcançado pelos preceitos éticos do serviço público federal.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Elisabete Moreira*

12. Os impulsionadores do movimento da Governança Pública – GP são múltiplos, atribuindo ao conceito diferentes interpretações. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Uma das forças por trás da Governança Pública é a ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado (*hollowing out of the state*), em que a incapacidade do Estado em lidar com problemas coletivos é denunciada.

II. Os modelos burocráticos, gerencial e da governança pública usam a função controle para manter a homeostase do sistema organizacional, conforme conceitos derivados da teoria sistêmica.

III. Alguns acadêmicos consideram a GP uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial – NPM, com a qual compartilha algumas características. No entanto, a abordagem da Governança Pública apresenta elementos de descontinuidade e superação da distinção wilsoniana entre política e administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

13. A governança pública, orientada por princípios, diretrizes e mecanismos colocados em prática para a busca de resultados, apresenta a accountability como um de seus pilares, relacionado à prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa a aquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). Foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, e que se refere

- a) à legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) à capacidade de um dirigente de atender às demandas da sociedade, por meio da sanção e recompensa.
- c) à legitimação do poder de vigilância e ao controle sobre a atuação de empresas e órgãos não governamentais.
- d) ao somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.
- e) à extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Herbert Almeida*

14. Mariana solicitou a uma entidade administrativa federal informações detalhadas sobre determinada atividade pública. O servidor responsável, no entanto, informou que tais informações, apesar de não estarem classificadas em grau de sigilo, só poderiam ser divulgados mediante autorização do diretor da entidade. Diante da situação hipotética apresentada, e com base nas diretrizes da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor agiu corretamente, pois o princípio da publicidade é aplicável apenas aos atos normativos e não se estende aos gastos administrativos.
- b) a exigência de autorização do diretor está de acordo com o princípio da hierarquia administrativa, respeitando o sigilo como regra geral.
- c) a informação solicitada por Mariana não precisa ser fornecida, pois não foi demonstrado o interesse específico dela sobre o tema, mediante indicação dos motivos determinantes da solicitação.
- d) a conduta do servidor, ao indeferir o acesso, contraria os princípios da Lei de Acesso à Informação, que prevê a publicidade como regra e o sigilo como exceção.
- e) a divulgação de informações sobre publicidade institucional depende de regulamentação específica, razão pela qual a negativa foi válida.

15. Carlos solicitou a um órgão público federal cópias de documentos que fundamentaram a decisão de cancelar um processo seletivo para contratação temporária de professores. O setor responsável respondeu apenas que a decisão havia sido tomada pela diretoria, sem apresentar qualquer justificativa ou documentação. Carlos, inconformado, reiterou o pedido, mas novamente recebeu negativa, sem fundamentação. Diante dessa situação e com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público agiu corretamente, pois a divulgação de documentos internos pode comprometer a segurança institucional.
- b) a negativa de acesso sem fundamentação sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- c) Carlos não possui direito à documentação solicitada, pois ela se refere a deliberações internas da administração pública.
- d) a Administração só está obrigada a fornecer as informações após decisão judicial específica determinando o acesso.
- e) o acesso só será possível após a conclusão de auditoria interna sobre o processo seletivo, em razão do sigilo provisório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Rodrigo Bet*

16. Rodrigo, Governador do Estado Alfa, promoveu a inauguração de um hospital público e produziu um vídeo institucional no qual aparece em destaque realizando a entrega da obra, com menções ostensivas ao seu nome e à sua imagem (autopromoção pessoal). No mesmo período, nomeou parente de terceiro grau para cargo comissionado de direção do referido hospital.

Tais condutas violam frontalmente, respectivamente, os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF/1988:

- a) Razoabilidade e moralidade.
- b) Impessoalidade e moralidade.
- c) Impessoalidade e Razoabilidade.
- d) Publicidade e impessoalidade.
- e) Legalidade e eficiência.

17. O Ministério da Educação criou um Núcleo de Inovação Tecnológica vinculado diretamente ao próprio ministério, sem personalidade jurídica própria, e instituiu por lei uma Fundação de Desenvolvimento Educacional com personalidade jurídica de direito público.

Considerando os conceitos estrutura organizacional da Administração Pública, escolha a alternativa correta:

- a) O núcleo representa um processo de descentralização da administração direta, e a fundação, um de desconcentração da administração indireta.
- b) O núcleo integra a administração indireta, enquanto a fundação integra a administração direta.
- c) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, sem sujeição à tutela estatal.
- d) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, estando esta última submetida à tutela administrativa do Estado.
- e) Tanto o núcleo quanto a fundação são exemplos de entidades da administração indireta, sujeitas exclusivamente à hierarquia estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Rodrigo Rennó

18. A década de 1930 marcou um ponto de inflexão no Estado brasileiro, caracterizado pela centralização política e pela necessidade de modernização administrativa. Nesse contexto, a criação do DASP representou:

- a) a consolidação de um modelo descentralizado de gestão, transferindo funções a autarquias e fundações.
- b) o primeiro esforço sistemático de racionalização da máquina estatal, visando combater o patrimonialismo e organizar o serviço público sob critérios de mérito.
- c) a tentativa de institucionalizar o modelo gerencial, com foco em resultados e descentralização federativa.
- d) a absorção dos serviços sociais pelo núcleo estratégico do Estado, sob lógica de publicização.
- e) a exclusão da burocracia e adoção direta de modelos de governança em rede.

19. A administração pública no governo Collor ficou marcada por uma tentativa de reforma que, diferentemente da de 1995, foi conduzida de forma improvisada e desarticulada. O aspecto mais lembrado desse período foi:

- a) a valorização da burocracia weberiana como forma de profissionalização do serviço público.
- b) a introdução de contratos de gestão com organizações sociais.
- c) o fortalecimento da Administração Indireta, por meio de autarquias e fundações.
- d) a institucionalização de conselhos gestores e participação popular.
- e) a campanha de desmoralização contra servidores, acompanhada de demissões e cortes abruptos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

- 20.** Acerca da estrutura normativa das finanças públicas e do planejamento e execução orçamentária federal, considerando os preceitos da Constituição Federal e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- a) O Banco Central pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a entes da Administração Pública indireta, desde que em caráter excepcional e previamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual.
 - b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois essa competência é privativa da União e somente pode ser exercida mediante lei complementar.
 - c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser obrigatoriamente depositadas no Banco Central, como forma de garantir a unidade de tesouraria nacional.
 - d) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, o qual inclui a demonstração da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios e a avaliação atuarial dos regimes de previdência social.
 - e) O Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de subsídios e benefícios de natureza financeira.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

- 21.** No Município X ocorrerá processo de escolha de conselheiros tutelares. Antônio, defensor do direito das crianças na cidade, pretende concorrer a uma das vagas. Ao pesquisar mais sobre o assunto, descobriu que, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA),
- a) a idade mínima para a candidatura é de 18 anos.
 - b) o conselho é composto de 4 membros.
 - c) não se admite recondução, ainda que por novo processo de escolha.
 - d) o mandato é de 4 anos.
 - e) os membros não são remunerados.
- 22.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Trata-se de marco legal do atendimento da população em situação de rua. De acordo com o referido decreto, é uma característica da população em situação de rua:
- a) ser um grupo homogêneo.
 - b) possuir em comum a pobreza extrema.
 - c) não possuir qualquer vínculo familiar.
 - d) não utilizarem as unidades de acolhimento para pernoite.
 - e) possuírem moradia convencional regular

23. Pedro, muito preocupado com o seu filho João, diagnosticado com transtorno psicótico grave, após esgotados todas as tentativas extra-hospitalares, requereu a internação psiquiátrica de João, sem o seu consentimento e em estabelecimento apropriado para tanto. De acordo com a Lei 10.216/2001, trata-se de uma internação psiquiátrica

- a) involuntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- b) voluntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) compulsória, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- d) involuntária, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- e) compulsória, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

24. Pablo foi condenado pelo crime de roubo e encerrará o cumprimento de sua pena daqui a um mês. Sabendo da assistência que a Lei de Execução Penal estabelece ao egresso, ele procura se informar até quando será assim considerado. Em se tratando de liberado definitivo, a Lei de Execução Penal considerará Pablo como egresso pelo prazo de até

- a) 5 anos a contar da saída do estabelecimento.
- b) 6 meses a contar da saída do estabelecimento.
- c) 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
- d) 3 meses a contar da saída do estabelecimento.
- e) 2 anos a contar da saída do estabelecimento.

25. Carol é pessoa com deficiência e conta com o apoio de Alexandre, seu atendente pessoal. Considerando a situação de Carol, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece o direito de receber atendimento prioritário em determinadas situações. Ao pesquisar, Alexandre concluiu corretamente que não se estende a ele, na condição de atendente pessoal, o direito ao atendimento prioritário com a finalidade de

- a) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda.
- c) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais no ambiente corporativo tem transformado as relações de trabalho. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A digitalização promoveu estabilidade universal dos vínculos empregatícios, reduzindo a rotatividade no mercado.
- b) O teletrabalho e o uso de plataformas digitais ampliaram a flexibilidade, mas também intensificaram desafios relacionados à jornada e à saúde mental.
- c) A adoção de inteligência artificial e automação eliminou por completo a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores.
- d) O trabalho em plataformas digitais garantiu direitos trabalhistas uniformes e equivalentes aos dos contratos formais.
- e) A transformação digital neutralizou as desigualdades regionais de acesso ao emprego.

27. Um dos efeitos do uso de IA e automação na produtividade do setor público é:

- a) O aumento de gargalos burocráticos decorrentes da digitalização de serviços.
- b) A eliminação total de falhas em processos administrativos, tornando-os infalíveis.
- c) A possibilidade de análise de grandes volumes de dados em tempo reduzido, auxiliando na formulação de políticas públicas.
- d) A substituição de processos digitais por fluxos exclusivamente manuais, para preservar a segurança.
- e) A diminuição da necessidade de planejamento estratégico, já que a IA toma decisões de forma autônoma.

28. No contexto da administração pública, a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e automação busca, entre outros objetivos:

- a) Substituir integralmente os servidores públicos por sistemas inteligentes.
- b) Automatizar processos rotineiros, aumentando a eficiência e liberando recursos humanos para atividades estratégicas.
- c) Eliminar a necessidade de transparência, já que sistemas automatizados garantem imparcialidade absoluta.
- d) Tornar dispensáveis as legislações e normas, uma vez que a tecnologia se autorregula.
- e) Reduzir a interoperabilidade entre órgãos, para restringir o compartilhamento de informações.

29. A incorporação de novas tecnologias na gestão pública, embora amplie a eficiência, também apresenta riscos. Um deles é:

- a) A dependência excessiva de fornecedores privados de tecnologia, o que pode gerar riscos de soberania e de continuidade dos serviços.
- b) A impossibilidade de realizar auditorias em sistemas informatizados, que tornam os processos totalmente opacos.
- c) A completa eliminação da discricionariedade administrativa, uma vez que algoritmos substituem juízos humanos.
- d) A ausência de vulnerabilidades de segurança, já que as tecnologias emergentes são plenamente seguras.
- e) A garantia de universalização imediata de acesso digital para todos os cidadãos, independentemente de condições regionais.

30. O uso de tecnologias emergentes na administração pública pode acarretar riscos significativos. Um deles é:

- a) A adoção de padrões abertos de interoperabilidade, que favorecem a integração de sistemas governamentais.
- b) A implementação de plataformas digitais de governo eletrônico, que ampliam o acesso a serviços.
- c) A digitalização de processos administrativos, que aumenta a celeridade das entregas estatais.
- d) A utilização de computação em nuvem, que proporciona maior escalabilidade e flexibilidade.
- e) A exposição de dados sensíveis de cidadãos em caso de falhas de segurança cibernética, comprometendo a privacidade e a confiança pública.

EIXO TEMÁTICO 1

ENGENHARIA CIVIL I

Guilherme Venturim

31. Um projeto previsto para durar 5 meses foi analisado, em determinada data de controle, pela técnica de EVA (*Earned Value Analysis*) e apresentou a seguinte situação:

PV (Planned Value) = R\$400,00, equivalente a 50% do planejado;

EV (Earned Value) = R\$320,00, equivalente a 40% do planejado;

AC (Actual Cost) = R\$600,00.

O gerente do projeto está otimista e acredita que o restante do trabalho será executado de acordo com o PV. Nessa situação, a estimativa de custo para concluir o projeto (ETC - *Estimate to Complete*) é de:

- a) R\$800,00;
- b) R\$720,00;

- c) R\$480,00;
- d) R\$400,00;
- e) R\$200,00.

32. Uma universidade contratou serviços de manutenção predial baseados em um plano de manutenção preventiva. Entretanto, devido a restrições orçamentárias, as equipes passaram a executar reparos apenas após o surgimento das falhas, porém de forma programada, com compra antecipada de materiais e agendamento de equipe. A situação descrita caracteriza:

- a) Manutenção corretiva não planejada, pois não há prevenção.
- b) Manutenção preventiva, pois há programação de atividades.
- c) Manutenção corretiva planejada, pois o reparo é feito após falha, mas com programação.
- d) Manutenção preditiva, pois há previsão de falhas futuras.
- e) Manutenção baseada em confiabilidade, pois se prioriza o risco de falhas.

33. Durante a execução de um túnel, há risco de desabamento devido a falhas geotécnicas. A equipe decide monitorar deslocamentos do solo com sensores e reforçar a contenção do túnel antes de avançar. Essa ação é um exemplo de:

- a) Aceitação de risco.
- b) Mitigação de risco.
- c) Transferência de risco.
- d) Evitação de risco.
- e) Exploração de risco positivo.

34. O engenheiro aplica a metodologia Seis Sigma em processos de concretagem, obtendo 3,4 defeitos por milhão de oportunidades (DPMO). Esse resultado indica:

- a) Nível de qualidade mediano, com necessidade de melhorias imediatas.
- b) Nível de excelência, dentro do padrão Seis Sigma.
- c) Falha crítica, exigindo paralisação da obra.
- d) Necessidade de substituição de todos os materiais.
- e) Processo ineficiente, mesmo sem retrabalho.

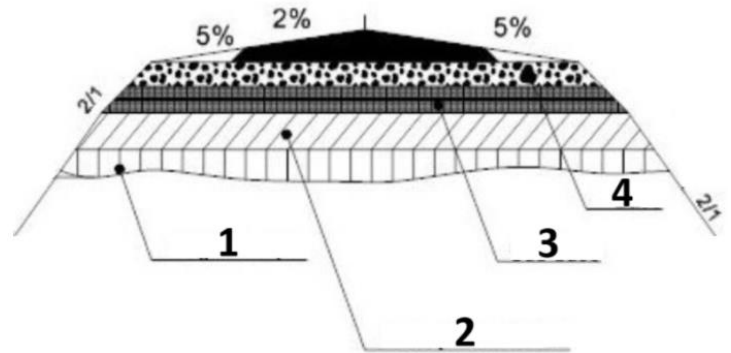
35. Sobre escavações, conforme NR-18, é CORRETO afirmar:

- a) Escavações com profundidade superior a 1,25 m devem ter escoramento ou taludes adequados.
- b) Escavações só precisam de escoramento se ultrapassarem 5 m.
- c) O uso de escoramento é opcional quando o solo é considerado firme.
- d) O solo escavado pode ser depositado na borda da vala sem restrições.
- e) Não há exigência de sinalização em áreas escavadas.

ENGENHARIA CIVIL II

Raul Suzuki

36. Na ilustração abaixo, que representa a composição de um pavimento flexível de uma rodovia, a camada superior final corresponde ao revestimento asfáltico.



Nesse contexto, as camadas 1, 2, 3 e 4 abaixo do revestimento asfáltico são chamadas, respectivamente:

- a) Base, sub-base, reforço de subleito e regularização.
- b) Base, regularização, reforço de subleito e sub-base.
- c) Regularização, reforço de subleito, base e sub-base.
- d) Regularização, reforço de subleito, sub-base e base.
- e) Reforço de subleito, regularização, , sub-base e base.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Mariana Moronari

37. A respeito de sistemas trifásicos, assinale a alternativa correta:

- a) Em sistema trifásico equilibrado, as potências complexas de cada fase estão defasadas entre si de 120° .
- b) Na ligação em estrela (Y) de carga equilibrada, a tensão de linha é igual a $\sqrt{3}$ vezes a tensão de fase.
- c) Num sistema trifásico a três condutores com carga desequilibrada, a tensão entre o ponto neutro da fonte e o neutro da carga é sempre zero.
- d) Para um sistema estrela-estrela (Y-Y), em condição desequilibrada, as correntes de linha diferem das correntes de fase dos respectivos enrolamentos.
- e) No sistema trifásico equilibrado em estrela, a soma vetorial das correntes de linha é diferente de zero.

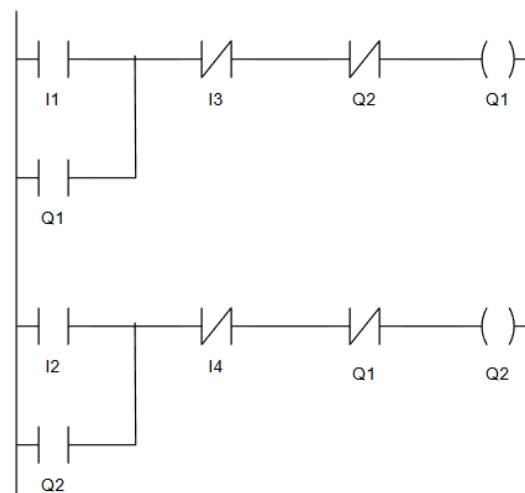
38. A respeito de transformadores, considere as afirmações abaixo:

- a) No transformador ideal, a razão entre correntes no primário e secundário é direta em relação ao número de espiras.
- b) O ensaio de curto-circuito permite determinar a impedância de magnetização e, a partir dela, as perdas no ferro.
- c) A relação de transformação de correntes (RTC) em um transformador de correntes estabelece a proporção entre a corrente no primário e no secundário.
- d) O ensaio de circuito aberto permite determinar a impedância de dispersão equivalente e, a partir dela, as perdas no cobre.
- e) No transformador ideal, a tensão e a corrente são transformadas na mesma razão em relação ao número de espiras.

INSTRUMENTAÇÃO E CLPS

Marcio Télis

39. Um engenheiro precisou fazer o controle elétrico de uma esteira transportadora, controlada via CLP. Considerando que a esteira tem dois acionadores, um para movimentar para frente e outro para trás, que são acionados por dois botões de pulso distintos (um para cada), realizou a seguinte lógica.



Em relação à lógica implementada, analise as afirmativas abaixo.

- I – Se o operador pressionar o botão em I1 irá ativar Q1 e, mesmo que solte, este irá permanecer ligado pois tem o contato selo. Caso pressione I2 irá ativar também Q2, sendo este também ativo independentemente de soltar o botão, uma vez que há o contato selo também para esta lógica.
- II – I3 e I4 são botões utilizados para desligar Q1 e Q2, caso necessário.
- III – O circuito não garante que o operador possa ligar os dois ao mesmo tempo, caso isso ocorra pode ocasionar um mau funcionamento do sistema.
- IV – O sistema garante que mesmo ao soltar o botão de impulso as saídas respectivas permaneçam ligadas (considerando que foram ligadas ao serem pressionadas).

Está correto o que se afirma em

- a) I e III apenas
- b) I, II e III apenas
- c) II e III apenas
- d) II e IV apenas
- e) Todas estão corretas.

ENGENHARIA MECÂNICA*Juliano De Pelegrin*

40. Uma bomba centrífuga opera em uma cidade situada a 800 m de altitude, onde a pressão atmosférica local pode ser tomada como 9,3 mca. O reservatório de sucção é aberto à atmosfera e encontra-se 2,2 m abaixo do eixo da bomba. Considere ainda que a pressão de vapor do fluido na temperatura de operação seja 0,7 mca e que as perdas de carga totais na linha de sucção somem 0,8 mca. Despreze diferenças de velocidade entre o nível do reservatório e a boca de sucção (aproximação usual).

Nessas condições, o NPSH disponível para a bomba é, em mca:

- a) 4,8
- b) 5,6
- c) 6,1
- d) 7,2
- e) 9,3

41. Um motor do Ciclo Otto possui seis cilindros, cada um com área de 32 cm^2 . O curso do pistão (PMI–PMS) é de 8,5 cm, e o volume da câmara de combustão (volume de folga) é de 36 cm^3 por cilindro. Despreze variações de temperatura e eventuais volumes residuais não mencionados.

A taxa de compressão desse motor é:

- a) 7,8
- b) 6,2
- c) 8,6
- d) 9,2
- e) 9,9

ENGENHARIA MECÂNICA*Felipe Canellas*

42. Uma organização está implementando um processo de avaliação de riscos conforme a ABNT NBR ISO 31000:2018. Durante uma reunião, o gestor de riscos explica à equipe que esse processo tem como objetivo compreender a natureza do risco e fornecer subsídios para decisões, priorização de ações e melhoria contínua da gestão.

Com base nessa norma, a alternativa que reflete o principal propósito do processo de avaliação de riscos é:

- a) Fornecer garantia absoluta de eliminação de todos os riscos identificados.
- b) Auxiliar na compreensão dos riscos e na tomada de decisão, considerando o contexto e os critérios definidos.
- c) Substituir a análise qualitativa por métodos exclusivamente quantitativos, assegurando precisão matemática.
- d) Determinar responsabilidades legais para cada risco identificado.
- e) Garantir que o ambiente operacional permaneça inalterado durante o processo de análise.

EIXO TEMÁTICO 2**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA (LEI Nº 13.465/2017)***Paulo Sousa*

43. Maria é moradora de uma comunidade localizada em área urbana ocupada há mais de 15 anos. A associação de moradores, com apoio do município, busca a regularização fundiária da área, que envolve terrenos públicos e privados. Durante o processo, surgiu dúvida sobre a forma de titulação, os instrumentos cabíveis e a prioridade de atendimento às famílias de baixa renda. Considerando as disposições da Lei nº 13.465/2017, assinale a alternativa correta.

- a) A regularização fundiária urbana somente poderá ser realizada em áreas de propriedade particular, não sendo admitida em imóveis públicos.
- b) A titulação poderá ser coletiva ou individual, cabendo ao poder público escolher o instrumento mais adequado ao caso concreto.
- c) A legitimação fundiária aplica-se apenas a imóveis públicos, sendo vedada em áreas privadas.
- d) A regularização fundiária urbana destinada a famílias de baixa renda é classificada como Reurb-S, enquanto a destinada a áreas ocupadas por população de maior poder aquisitivo é classificada como Reurb-E.
- e) O município não tem competência para iniciar e conduzir o procedimento de regularização fundiária urbana, que deve ser promovido exclusivamente pela União.

44. João construiu uma residência sobre a casa de sua mãe, em terreno urbano regularizado. Para garantir segurança jurídica sobre a edificação, ele busca registrar sua unidade de forma autônoma, sem que haja desmembramento do terreno. Considerando a Lei nº 13.465/2017, assinale a alternativa correta.

- a) O direito real de laje constitui novo direito real, autônomo em relação ao solo, que pode ser transmitido, cedido ou gravado de ônus reais, desde que registrada nova matrícula no cartório de registro de imóveis.
- b) O direito real de laje depende de desmembramento do terreno, sendo necessária a abertura de matrícula própria para o solo e uma própria para a unidade sobreposta.
- c) O direito real de laje é apenas um contrato entre particulares, sem natureza de direito real.
- d) O titular do direito real de laje não pode transferir ou gravar ônus sobre sua unidade, pois esta é acessória da propriedade original.
- e) A instituição do direito real de laje só é admitida em imóveis rurais, sendo vedada em áreas urbanas.

MEIO AMBIENTE*André Rocha*

45. A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas deve ser fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

É correto afirmar que a demarcação das terras indígenas, obedecido o procedimento administrativo do Decreto nº 1.775/1995, é homologada mediante:

- a) Lei ordinária.
- b) Lei Complementar.
- c) Decreto presidencial.
- d) Portaria do Ministério da Justiça.
- e) Decreto-Lei.

46. Segundo a Lei nº 11.445/2007, os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico devem definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

Nesse contexto, o cumprimento das metas de universalização e não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento deve ser verificado anualmente pela agência reguladora, observando-se um intervalo dos últimos _____ anos, nos quais as metas deverão ter sido cumpridas em, pelo menos, _____, e a primeira fiscalização deverá ser realizada apenas ao término do quinto ano de vigência do contrato.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) 10 e 5.
- b) 8 e 4.
- c) 6 e 3.
- d) 5 e 3.
- e) 7 e 4.

47. A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Supondo que o Município Alfa possua uma população de 723.682 habitantes segundo o Censo de 2022 e, apesar de ter elaborado o seu Plano de Mobilidade Urbana em 05/01/2023, ainda não o aprovou na câmara de vereadores. Nesse contexto, é correto afirmar que

- a) O Município Alfa está em desacordo com a Lei nº 12.587/2012 desde 13/04/2020, pois o prazo máximo estabelecido pela lei para essa aprovação é de 12/04/2020.
- b) O Município Alfa está em desacordo com a Lei nº 12.587/2012 desde 13/04/2025, pois o prazo máximo estabelecido pela lei para essa aprovação é de 12/04/2025.
- c) O Município Alfa não está em desacordo com a Lei nº 12.587/2012, porque elaborou o plano até 12/04/2025, prazo máximo estabelecido pela lei para essa aprovação.
- d) O Município Alfa está em desacordo com a Lei nº 12.587/2012 desde 13/04/2024, pois o prazo máximo estabelecido pela lei para essa aprovação é de 12/04/2024.
- e) O Município Alfa não está em desacordo com a Lei nº 12.587/2012, porque elaborou o plano até 12/04/2024, prazo máximo estabelecido pela lei para essa aprovação.

ARQUITETURA*Núbia Ferreira*

48. Um empreendedor pretende implantar no Município Alfa um loteamento com acesso controlado de pessoas e veículos, tendo solicitado orientações à Prefeitura quanto à viabilidade e aos procedimentos a serem seguidos. Esse tipo de empreendimento:

- a) exige lei estadual específica autorizando o controle de acesso, sendo vedada a regulamentação pelo Município.
- b) pode ser autorizado por regulamento privado da associação de moradores, dispensando manifestação formal do Município.
- c) depende de regulamentação por ato do Poder Público municipal para o controle de acesso e não pode impedir a entrada de pedestres ou condutores não residentes, desde que devidamente identificados ou cadastrados.
- d) depende de regulamentação por ato do Poder Público municipal para o controle de acesso e pode impedir a entrada de pedestres ou condutores não residentes.
- e) é viável, com fechamento em caráter definitivo, desde que os moradores, por meio de associação, arquem com as despesas de manutenção, nos termos da legislação aplicável.

49. A Lei n.º 10.257/2001, também conhecida como Estatuto da Cidade, prevê uma série de instrumentos da política urbana brasileira. Sobre esses instrumentos, é incorreto afirmar:

- a) A outorga onerosa do direito de construir é um instrumento que possibilita ao plano diretor fixar áreas nas quais se permite a construção acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- b) Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.
- c) O proprietário de imóvel urbano pode conceder a terceiro o direito de superfície do seu terreno, desde que o faça por tempo determinado e mediante escritura pública registrada no pertinente cartório de registro de imóveis.
- d) O parcelamento compulsório do solo urbano pode ser aplicado em imóvel subutilizado, que é assim caracterizado quando seu aproveitamento for inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de edificação, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

50. O Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Acerca das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, assinale a alternativa correta

- a) A criação de uma região metropolitana ou de aglomeração urbana deve ser sucedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial.
- b) Os Estados, mediante lei ordinária, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- c) Configura-se aglomeração urbana o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pelo IBGE.
- d) A lei estadual que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada 5 (cinco) anos.
- e) O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

51. De acordo com a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, é agente operador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS):

- a) Ministério das Cidades
- b) Caixa Econômica Federal – CEF
- c) Conselho Gestor do FNHIS
- d) Conselho das Cidades
- e) Agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Andressa Lisboa

52. Considerando os relatórios de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, regulamentada pelo Decreto 11.962 de 2024, analise as assertivas abaixo e assinale a que informa corretamente as características dos instrumentos:

- a) O relatório anual de monitoramento da PNDR será objeto de consulta pública.
- b) O relatório quadrienal de avaliação da PNDR será elaborado em conjunto com as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.
- c) O relatório anual de monitoramento da PNDR será elaborado com colaboração técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- d) O relatório quadrienal será aprovado pelas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.
- e) O Núcleo de Inteligência Regional coordenará a elaboração do Relatório Quadrienal de avaliação da PNDR.

**TOPOGRAFIA, CARTOGRAFIA E GEOGRAFIA
URBANA***Alexandre Vastella*

53. Sobre as projeções cartográficas, analise as afirmativas a seguir.

- I. As projeções azimutais polares são caracterizadas pela projeção da superfície terrestre sobre um plano tangente à superfície.
- II. A projeção cilíndrica de Mercator é do tipo conforme que preserva as áreas e as distâncias, resultando em maior distorção nos pólos.
- III. As projeções cartográficas são métodos matemáticos e estatísticos que representam a esfericidade da Terra em um plano.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

54. Um geógrafo elaborou um mapa com escala 1:50.000 que mostra duas cidades: A e B. Considerando que a distância na folha entre as duas localidades é de 10 centímetros, quantos quilômetros seriam necessários para percorrê-la no mundo real?

- a) 50 km.
- b) 5 km.
- c) 500 km.
- d) 50.000 km.
- e) 5.000 cm.

EIXO TEMÁTICO 3**ERGONOMIA***Mara Camisassa*

55. 17.5.4 Na movimentação e no transporte manual não eventual de cargas, devem ser adotadas uma ou mais das seguintes medidas de prevenção:

- () garantir que o peso da carga não ultrapasse 60 (sessenta) quilos
- () limitar a duração dos movimentos a serem efetuados pelos trabalhadores
- () efetuar alternância com outras atividades entre períodos não superiores a três horas

Na sequência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – F.
- d) F – V – V.
- e) V – V – F.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA,
LEI Nº 13.146/2015.***Ricardo Torques*

56. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Sobre a acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) O desenho universal será sempre tomado como exceção.
- b) As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes não precisam garantir acessibilidade.
- c) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.
- d) Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido em determinado projeto, este não poderá ser aprovado.
- e) A concessão e a renovação de alvará de funcionamento para qualquer atividade são condicionadas à observação e à certificação das regras de acessibilidade.

57. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o fomento pelo poder público deve priorizar a geração de conhecimentos e técnicas que visem

- a) o aumento do capital das empresas.
- b) à criação de empregos para pessoas com deficiência.
- c) à prevenção e ao tratamento de deficiências e ao desenvolvimento de tecnologias assistiva e social.
- d) exclusivamente ao tratamento de deficiências.
- e) exclusivamente à prevenção de deficiências.

ARQUITETURA I*Núbia Ferreira*

58. Os mobiliários urbanos devem atender aos princípios do desenho universal, conforme a NBR 9050, orientados a uma arquitetura e a um design centrados no ser humano e na sua diversidade. De acordo com a norma, o princípio que “possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial” é:

- a) Informação de fácil percepção
- b) Baixo esforço físico
- c) Uso simples e intuitivo
- d) Tolerância ao erro
- e) Uso equitativo

59. O setor de patrimônio histórico de um município recebeu um projeto de intervenção em imóvel tombado e fez uma consulta para enquadrar as operações apresentadas no projeto. Esse projeto vai tornar apto o edifício a um novo uso, diferente para o qual foi concebido. O conjunto de operações corresponde ao conceito de:

- a) reparação
- b) restauração
- c) reabilitação
- d) reconstrução
- e) manutenção

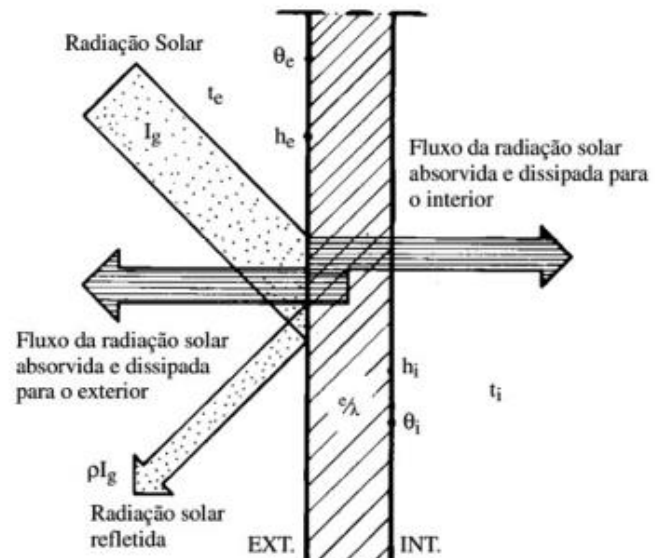
ARQUITETURA II

Andressa Lisboa

60. O Governo Federal adotou a Estratégia BIM BR, recentemente regulamentada pelo Decreto nº 11.888, de 2024, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil – Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling-BIM BR. No contexto da execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia pela administração pública federal, qual das afirmações a seguir descreve corretamente a definição de BIM (Modelagem da Informação da Construção)?

- a) BIM é uma ferramenta computacional voltada para desenvolver a geometria 3D da edificação em ambiente virtual.
- b) BIM é uma metodologia que restringe-se à etapa de projeto da edificação, na qual podemos criar modelos virtuais de todas as disciplinas e promover colaboração entre os projetistas em ambiente virtual.
- c) BIM é um conjunto integrado de processos e tecnologias que permite criar, utilizar, atualizar e compartilhar, colaborativamente, modelos digitais de uma construção, de forma a servir potencialmente a todos os participantes do empreendimento durante o ciclo de vida da construção.
- d) BIM é um formato aberto de dados usado para troca de informações em projetos BIM. Ele garante interoperabilidade entre diferentes softwares e plataformas na construção civil.
- e) BIM é uma plataforma centralizada para armazenar, gerenciar e compartilhar informações de projetos BIM. Ele organiza documentos, modelos e comunicações de forma estruturada e controlada.

61. Considerando um elemento exposto à radiação solar e sujeito a uma diferença de temperatura entre os ambientes que ele separa, a imagem acima ilustra o fenômeno de troca de calor em uma:



- a) Parede translúcida
- b) Fachada ventilada
- c) Parede opaca com proteção interna
- d) Parede opaca com proteção externa
- e) Parede opaca sem proteção

62. Considerando o projeto de carga térmica e climatização para uma edificação pública, e sabendo-se que carga térmica é o somatório de todas as formas de calor presentes em um ambiente, uma combinação dos elementos geradores de calor individuais e ambientais; assinale a assertiva que não apresenta uma fonte de calor para a edificação:

- a) Presença humana
- b) Calor solar
- c) Motores e equipamentos
- d) Sistemas de iluminação artificial
- e) Isolamento termoacústico das paredes

63. Durante a execução de uma obra, a equipe de projeto precisa escolher o tipo de tinta mais adequado para diferentes ambientes. Considerando as características e usos dos principais tipos de tinta, assinale a alternativa correta.

- a) A tinta à base de cal, conhecida como caiação, é indicada para ambientes externos e internos, possuindo elevada durabilidade e dispensando reaplicações periódicas.
- b) A tinta látex PVA pode ser utilizada em ambientes externos, pois possui excelente resistência à umidade e às intempéries.
- c) A tinta esmalte deve ser aplicada exclusivamente sobre superfícies de madeira, sendo contraindicada para superfícies metálicas.
- d) A tinta epóxi é adequada para ambientes que exigem alta resistência química e mecânica, como cozinhas industriais e hospitais, podendo ser aplicada em pisos e paredes.
- e) A tinta poliuretânica não deve ser utilizada em áreas externas, pois não possui resistência aos raios UV e às intempéries.

ENGENHARIA CIVIL I

Guilherme Venturim

64. As fundações representam um dos elementos mais importantes de uma obra, pois têm a função de transmitir as cargas da superestrutura ao solo de forma segura e econômica. A escolha do tipo adequado depende de fatores como características geotécnicas do terreno, intensidade e natureza das cargas, nível do lençol freático e viabilidade executiva.

Considerando as características e os usos mais comuns das fundações, assinale a alternativa correta:

- a) Estaca hélice contínua: Perfuração helicoidal contínua de diâmetro constante com injeção de

concreto pela haste central com retirada simultânea da haste. Especialmente indicada para terrenos inclinados, pois permitem execução simplificada com equipamentos de pequeno porte.

- b) Estaca Strauss: Estaca escavada de concreto moldado in loco, usualmente aplicadas em solos arenosos e na presença de lençol freático, devido à facilidade de concretagem mesmo em condições de água.
- c) Tubulão: Elemento de fundação profunda em que faz-se necessário o trabalho manual em profundidade para executar o alargamento de base ou pelo menos para a limpeza do fundo da escavação, uma vez que neste tipo de fundação as cargas são resistidas preponderantemente pela ponta.
- d) Radier: Elemento de fundação rasa dotado de rigidez para receber e distribuir até 70 % das cargas da estrutura.
- e) Sapata isolada: Elemento de fundação rasa, de concreto armado, dimensionado de modo que as tensões de tração nele resultantes sejam resistidas pelo concreto sem emprego de armadura.

65. Considere uma viga em balanço, com uma extremidade engastada e a outra livre. Admitindo que não existam cargas aplicadas além do peso próprio da viga, ao traçar o diagrama de momento fletor, conclui-se que o momento fletor será nulo:

- a) Ao longo de toda a extensão da viga.
- b) Somente na extremidade livre.
- d) Somente na extremidade engastada.
- d) Nas duas extremidades, sendo positivo no centro da viga.
- e) Em nenhum ponto da viga.

66. No dimensionamento estrutural, é necessário considerar a influência das ações que atuam sobre a estrutura de acordo com os critérios dos estados-limites últimos e de serviço. A NBR 6120 trata das ações aplicáveis ao cálculo de estruturas de edificações.

Qual das alternativas a seguir representa uma ação permanente indireta, de acordo com essa norma?

- a) Peso próprio da estrutura;
- b) Peso de revestimentos de piso e teto;
- c) Pressão hidrostática provocada pela água;
- d) Deformações impostas por retração do concreto;
- e) Sobrecarga de utilização da edificação.

EIXO TEMÁTICO 4

DIREITO AGRÁRIO

Paulo Sousa

67. Carlos é produtor rural e, após forte enchente que devastou sua propriedade, perdeu boa parte de sua plantação de milho, além de parte das instalações fixas utilizadas na atividade. Diante disso, procurou o banco onde possui operação de crédito rural de custeio e também sua seguradora. Considerando as disposições da Lei nº 8.171/1991, assinale a alternativa correta quanto às medidas de amparo possíveis ao produtor rural nessa situação.

- a) Carlos poderá requerer indenização pelo Seguro Agrícola, que cobre apenas prejuízos decorrentes de sinistros em plantações, não alcançando bens fixos ou semoventes.
- b) O Seguro Agrícola previsto na lei ampara tanto atividades agrícolas quanto florestais e pesqueiras, e pode cobrir prejuízos em plantações e em bens fixos ou semoventes.
- c) Em caso de fenômenos naturais, Carlos não poderá ser exonerado das obrigações financeiras de seu crédito rural de custeio, sendo apenas facultada a renegociação da dívida pelo banco.

d) O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) assegura exclusivamente indenização sobre recursos próprios investidos, sem possibilidade de exoneração de obrigações financeiras relativas ao crédito rural.

e) A apólice de seguro agrícola não poderá, em hipótese alguma, ser utilizada como garantia em operações de crédito rural.

AGRÁRIO

Diego Tassinari

68. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, foi um marco essencial para o reconhecimento da agricultura familiar como um importante componente da produção agrícola brasileira, que já contava com mecanismos próprios de financiamento desde a década de 1990, quando foi criado o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelo Banco Central. Sobre os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Devem residir em sedes municipais localizadas em um raio de até 150 km da parcela de terra que exploram.
- b) Podem utilizar mão-de-obra permanente e sazonal, desde que o trabalho familiar seja predominante.
- c) Não podem ser aposentados ou pensionistas do sistema oficial de seguridade social.
- d) Devem deter a posse da parcela de terra explorada na condição de proprietários.
- e) Tenham obtido renda bruta familiar total de até R\$10.000,00 mensais nos últimos 12 meses de produção normal.

69. A erosão do solo é a principal forma de degradação do solo em todo o mundo. Anualmente, milhões de toneladas de solo são perdidas por erosão, levando à perda de potencial produtivo dos solos erodidos, além do assoreamento, eutrofização e contaminação de rios e reservatórios. Sobre a erosão hídrica e as práticas conservacionistas para controle da erosão em áreas rurais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A erodibilidade do solo indica a suscetibilidade de um solo à erosão, enquanto a erosividade da chuva quantifica o seu potencial de provocar perda de solo por erosão.
- b) Os terraços agrícolas são práticas mecânicas de controle da erosão que agem complementarmente às demais práticas conservacionistas, tendo em vista que atuam apenas após a formação do escoamento superficial.
- c) As práticas edáficas de controle da erosão envolvem operações de revolvimento do solo com o objetivo de torná-lo mais poroso, aumentando assim sua capacidade de infiltração.
- d) A modelagem das perdas de solo pela erosão com a Equação Universal das Perdas de Solo considera como fatores de interesse a erodibilidade, a erosividade, a topografia, a cobertura do solo e as práticas de manejo.
- e) As práticas vegetativas de controle da erosão se baseiam no uso da vegetação para proteção do solo contra a ação erosiva do impacto das gotas de chuva e dos escoamento superficial.

70. O dimensionamento de sistemas de irrigação deve considerar a capacidade de retenção de água do solo e a demanda das plantas para garantir sua eficiência. Sobre os parâmetros de dimensionamento de sistemas de irrigação, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A porosidade total representa a umidade máxima a ser atingida pelo sistema de irrigação.
- b) O dimensionamento dos sistemas de irrigação não leva em conta as características do sistema

radicular da cultura, apenas o seu coeficiente de evapotranspiração.

- c) A irrigação deve ser iniciada sempre que o solo atingir o ponto de murcha permanente, para evitar morte das plantas.
- d) O turno de rega representa o período, em dias, entre duas irrigações subsequentes, sendo determinado pela relação entre a lâmina de irrigação líquida ou água disponível real e a evapotranspiração potencial.
- e) A lâmina bruta de irrigação, que representa o volume de água a ser efetivamente aplicado na área, é dado pela relação entre lâmina líquida de irrigação e a eficiência do sistema empregado.

71. O gesso é um condicionador de solo que contém 20% de Ca e 15% de S, geralmente obtido como subproduto da indústria de fertilizantes fosfatados. Sobre a prática da gessagem, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O gesso agrícola não é um corretivo da acidez do solo.
- b) A recomendação da quantidade de gessagem se baseia na textura do solo e na profundidade da camada a ser corrigida.
- c) A aplicação de gesso é indicada apenas em situações de teores baixos de cálcio e elevados de alumínio trocável em profundidade.
- d) O gesso apresenta baixa solubilidade em água, devendo, por isso, ser incorporado ao solo.
- e) A gessagem contribui para o aprofundamento do sistema radicular ao eliminar barreiras químicas em subsuperfície.

72. A matéria orgânica é um componente central da qualidade física, química e biológica do solo. Na agricultura convencional, a depleção da matéria orgânica é uma das principais causas da degradação do solo. Já nos sistemas conservacionistas, busca-se aumentar o acúmulo das frações orgânicas no solo, promovendo melhor qualidade, saúde e sustentabilidade da agricultura. Sobre a relação entre agricultura conservacionista e a qualidade do solo, assinale a alternativa CORRETA.

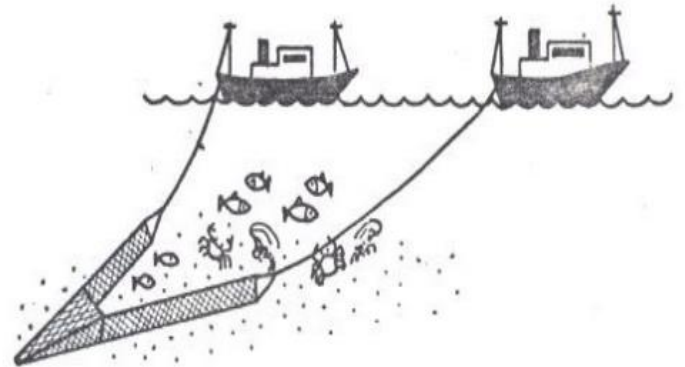
- a) Apesar do não revolvimento do solo favorecer o acúmulo de matéria orgânica em solos de clima temperado, nos solos de clima tropical e subtropical essa estratégia de manejo é pouco significativa, já que o clima mais quente favorece a rápida decomposição dos resíduos orgânicos.
- b) Os resíduos vegetais depositados na superfície praticamente não têm efeito sobre a qualidade do solo abaixo, devendo ser incorporados para que possam promover melhoria da qualidade química, física e biológica do solo.
- c) A manutenção e melhoria da qualidade do solo nos sistemas conservacionistas depende da compatibilização entre quantidade, qualidade e frequência de aporte de resíduos vegetais com a demanda biológica do solo.
- d) A adoção de plantas de cobertura em sistemas de consórcio, sucessão ou rotação não tem se mostrado uma prática viável para melhoria da qualidade do solo, não integrando o conjunto de práticas conserva
- e) O sistema de plantio direto corresponde à estratégia de manejo que implica na adoção de ao menos uma das seguintes práticas: não revolvimento do solo, rotação e culturas e cobertura permanente do solo.

PESQUEIRO II

André Rocha

73. A pesca é uma das atividades mais antigas e essenciais da humanidade, desempenhando papel fundamental na subsistência e no desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Desde os primórdios da civilização, o ser humano tem buscado nos recursos aquáticos uma fonte vital de alimento, sustento e cultura.

No Brasil, há diversas técnicas utilizadas para a pesca. Uma delas utiliza uma rede cônica de grande dimensão cuja boca é mantida aberta pela distância entre duas embarcações, em geral de mesmo porte, conforme representação abaixo.



Trata-se de técnica denominada

- a) Cerco.
- b) Arrasto simples.
- c) Arrasto duplo.
- d) Arrasto de parelha.
- e) Emalhe.

74. O ordenamento pesqueiro é o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais.

Sobre o ordenamento pesqueiro, analise as assertivas a seguir.

I - O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade.

II - Compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

III - Os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques e áreas aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura são instrumentos de ordenamento da aquicultura.

Est(á)ão correto(s) o(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

75. No Brasil, toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), bem como no Cadastro Técnico Federal (CTF) na forma da legislação específica.

Suponha que o particular Alfa queira:

- i) explorar um terreno públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros; e
- ii) operar embarcação de pesca.

Os atos administrativos que devem ser emitidos para tais atividades são, respectivamente:

- a) Permissão e autorização.
- b) Concessão e autorização.
- c) Concessão e licença.
- d) Licença e cessão.
- e) Licença e concessão.

ENGENHARIA DE PESCA

Bruna Klassa

76. Em um estudo de monitoramento da qualidade da água em um rio urbano, uma equipe de biólogos encontra uma comunidade bentônica dominada por larvas de quironomídeos e vermes tubifex, e total ausência de macroinvertebrados como as ninfas de efemerópteros e plecópteros. Com base nesses bioindicadores, a condição do ecossistema aquático pode ser classificada como:

- a) Excelente, indicando alta oxigenação e pouca carga de matéria orgânica, devido à presença de organismos tolerantes.
- b) Boa, pois a presença de vida aquática, mesmo que de espécies específicas, já é um indicativo positivo de qualidade.
- c) Inconclusiva, pois a análise de macroinvertebrados bentônicos por si só não é suficiente para determinar a qualidade da água sem a medição de parâmetros físico-químicos.
- d) Regular, pois os bioindicadores apontam para uma situação intermediária, sem picos de poluição acentuada ou recuperação completa.
- e) Comprometida, uma vez que a dominância de espécies tolerantes à poluição e a ausência de espécies sensíveis indicam degradação ambiental e baixa concentração de oxigênio dissolvido.

77. A Companhia de Saneamento Ambiental de um estado realizou uma análise em uma amostra de efluente industrial e obteve o resultado de Demanda Bioquímica de Oxigênio de 250 mg/L (DBO5). Com base nesse valor, a qual conclusão o técnico responsável pela análise deve chegar?

- a) O resultado de 250 mg/L é considerado baixo e atende aos padrões de lançamento em rios, pois a maior parte da matéria orgânica já foi degradada na própria indústria.
- b) A DBO é um indicador de poluição por substâncias químicas inorgânicas, mas não fornece informações sobre a quantidade de matéria orgânica.
- c) A análise da DBO é irrelevante para a saúde do ecossistema aquático, pois o oxigênio será repostado rapidamente pela atmosfera, sem causar danos aos peixes.
- d) O efluente possui uma alta carga de matéria orgânica biodegradável e, se lançado em um corpo d'água, provocará uma queda significativa na concentração de oxigênio dissolvido, impactando a vida aquática.
- e) O valor elevado indica que o efluente está em perfeitas condições sanitárias, já que a DBO é um sinônimo de alta concentração de oxigênio disponível.

PESQUEIRO I

Guilherme Tomasoni

78. O Decreto n.º 10.736, de 29 de junho de 2021 afirma que os comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros, de caráter consultivo e de assessoramento, têm o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Com base nessa informação e no decreto supracitado, qual das opções abaixo descreve corretamente o processo de seleção dos membros da sociedade civil envolvidos com a atividade pesqueira nos comitês permanentes?

- a) Os membros são indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- b) Os membros são indicados pelas associações pesqueiras diretamente a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- c) Os membros são selecionados por meio de edital de chamamento público elaborado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- d) Os membros são eleitos pela sociedade civil envolvida com as atividades de pesca através de votação direta.
- e) Os membros são nomeados pelos coordenadores dos comitês permanentes.

EIXO TEMÁTICO 5**SUSTENTABILIDADE***André Rocha*

79. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Nesse contexto, analise as assertivas a seguir.

I - estabelecer, mediante proposta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo Ibama.

II - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.

III - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

É(são) competência(s) do Conama:

- a) I e II, somente.
- b) II e III, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II, somente.
- e) III, somente.

80. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Sobre a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A outorga deve se efetivar por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.
- b) A outorga pode ser suspensa parcial ou totalmente diante da ausência de uso por dois anos consecutivos.
- c) A outorga para fins de geração de energia elétrica é subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- d) Toda outorga é condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deve respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado.
- e) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

81. A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada uma certa ordem de prioridade que considera

- a) o tratamento dos resíduos antes da sua reciclagem.
- b) a reciclagem dos resíduos antes da sua redução.
- c) a redução dos resíduos antes da sua não geração.
- d) a disposição dos resíduos antes do seu tratamento.
- e) a reutilização dos resíduos antes da sua reciclagem.

82. A sociedade empresária Alfa Ltda. deseja implementar uma indústria de motores automotivos no Município Beta, em área parcialmente localizada num Parque Nacional gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Trata-se de atividade com potencial de causar significativa degradação.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- a) o Estado Gama pode se manifestar de forma vinculante no processo.
- b) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve ser apresentado tão logo a licença prévia seja aprovada.
- c) o Município Beta não pode se manifestar no processo.
- d) o ICMBio deverá aprovar a realização da atividade.
- e) o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) poderá substituir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) se expressamente autorizado pelo órgão ambiental.

83. Considere uma bacia hidrográfica com 3.153,6 km² de área. Anualmente, essa bacia recebe 2.200 mm de chuva. Sabe-se que a vazão média anual de água que escoar superficialmente pelo exutório dessa bacia é de 100 m³/s, e a evapotranspiração é de 600 mm/ano.

É correto afirmar que a infiltração dessa bacia, em mm/ano, é de:

- a) 540 mm/ano;
- b) 600 mm/ano;
- c) 700 mm/ano;
- d) 900 mm/ano;
- e) 1.200 mm/ano.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Marco Túlio

84. Leia o texto abaixo.

Há 50 anos os templos egípcios Abu Simbel foram salvos das águas do Nilo

A realocação dos templos de Abu Simbel, ao sul do Egito, foi concluída em 22 de setembro de 1968. Promovida pela Unesco, essa operação buscou evitar inundações pela construção da represa de Aswan, no rio Nilo.

Durante a Campanha de Núbia, inúmeros arqueólogos de todas as partes do mundo desmantelaram e reconstruíram cerca de vinte monumentos gigantescos deste sítio arqueológico e os deslocaram para longe dos perigos das inundações.

Disponível em: < <https://istoedinheiro.com.br/ha-50-anos-os-templos-egipcios-abu-simbel-foram-salvos-das-aguas-do-nilo> >. Acesso em: 24 set. 2025.

Considerando os princípios da Carta de Veneza de 1964 sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, é correto afirmar que a realocação dos bens abordados pelo texto:

- a) contraria a noção de que o monumento e inseparável do meio em que se situa, não sendo tolerados os deslocamentos em nenhuma circunstância.
- b) foi fundamentada no respeito ao material original e aos documentos autênticos, garantindo que a composição arquitetônica não ostente elementos do presente.
- c) foi justificada por razões de grande interesse nacional e internacional, sendo, por isso, tolerada.
- d) permitiu acréscimos que respeitassem as partes interessantes do edifício, a partir da alteração das relações de volumes e de cores do esquema tradicional.
- e) teve que envolver a utilização de relatórios precisos, com o intuito de evitar a anástilose no processo de recomposição das partes desmembradas.

85. Leia o trecho a seguir.

Documento regional sobre autenticidade, revelou a necessidade de se discutir as questões referentes à autenticidade especialmente nos países do Cone Sul que se mostram bem diferentes dos países europeus em função, especialmente, de sua formação ao longo do tempo.

SALGADO, Marina. Olhares sobre o patrimônio: a busca sobre os significados da paisagem. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2017. p. 105. Adaptado.

As informações apresentadas pelo texto correspondem à carta patrimonial que ficou conhecida como:

- a) Carta de Brasília.
- b) Carta de Washington.
- c) Carta de Nara.
- d) Carta de Burra.
- e) Carta de Petrópolis.

86. Avalie as afirmações a seguir em relação ao Decreto-Lei nº 25, instituído em 30 de novembro de 1937:

- I. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens tangíveis e intangíveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público.
- II. O instituto do tombamento é aplicado a bens pertencentes às pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado.
- III. Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras estrangeiras, por sua desvinculação aos fatos memoráveis da história do Brasil.
- IV. O tombamento poderá ser compulsório sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição de um bem cultural em qualquer dos Livros do Tombo.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmações corretas.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III e IV, apenas.

87. De acordo com a Lei nº 6292, de 15 de novembro de 1975, tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dependerá de homologação do:

- a) Presidente da República.
- b) Congresso Nacional.
- c) Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- d) Ministério Público Federal.
- e) Ministro de Estado da Educação de Cultura.

ENERGIA*Mariana Moronari*

88. A respeito da matriz elétrica brasileira e dos aspectos relacionados à eficiência e à transição energética, assinale a alternativa correta:

- a) A matriz elétrica brasileira permanece majoritariamente fóssil, com predominância da geração a gás natural, em alinhamento com a média mundial.
- b) A diversificação das fontes renováveis, como a expansão da fonte eólica e solar, tem reduzido gradualmente a participação da fonte hídrica na matriz elétrica, sem comprometer o caráter renovável do sistema.
- c) A participação das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira atingiu o patamar de 50%, de renovabilidade, marco histórico desde o ano de 1990.
- d) A eficiência das centrais elétricas brasileiras apresentou queda contínua entre 2004 e 2024, demonstrando falhas na transição energética e na gestão de recursos.
- e) O conceito de eficiência energética aplica-se apenas à geração de eletricidade, não estando relacionado ao consumo final de energia pelos equipamentos e usuários.

METEOROLOGIA E CONDIÇÕES CLIMÁTICAS*Saulo Takami*

89. No que diz respeito à climatologia e à meteorologia, analise as assertivas.

- I. A mudança climática ocorre quando a temperatura aumenta ou diminui após uma análise constante ao longo de 10 anos em uma dada localidade.
- II. As auroras austrais são visualizadas nas regiões árticas.
- III. A camada de ozônio é responsável por barrar os raios ultravioletas.

IV. A chuva de granizo pode ocorrer em dias muito quentes, quando o vapor d'água sobe rapidamente e chega até a tropopausa, assim, o gasoso é transformado em sólido.

V. A chuva de monções acaba beneficiando a rizicultura no inverno.

Marque a alternativa que aponta afirmações corretas:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas IV e V.
- e) Apenas III, IV e V.

90. No que tange aos tipos climáticos do Brasil, de acordo com a classificação de Strahler, assinale a alternativa incorreta.

- a) O clima tropical semiárido é marcado pelos mais baixos índices pluviométricos do país, podendo chegar em torno de 300 mm/ano. Além disso, as médias térmicas são elevadas e a amplitude térmica é baixa.
- b) Em algumas cidades da Região Sudeste, podemos testemunhar o clima tropical de altitude. Na troposfera, essa condição é inversamente proporcional, quanto mais alto, mais baixo é a temperatura.
- c) No clima equatorial, a amplitude térmica anual é maior do que a amplitude térmica diária. Ademais, os ventos alísios contribuem sobremaneira com a umidade na Região Norte.
- d) De uma maneira geral, no clima subtropical úmido as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano. Vale lembrar que a amplitude térmica na Região Sul é mais significativa.
- e) Na Zona da Mata Nordeste, o clima tropical litorâneo úmido apresenta uma certa semelhança com o clima mediterrâneo pelo fato de ter um inverno mais chuvoso e um verão mais seco.

Discursiva 1

Redija uma questão discursiva sobre a Política Nacional de Saneamento Básico - Lei nº 11.445/2007 e as alterações promovidas pela Lei 14.026/2020. No seu texto aborde.

1. Definição de saneamento básico;
 2. Explique o que é o plano de saneamento. Qual o seu conteúdo?
 3. Existe a possibilidade de que o prestador de serviços de saneamento (vencedor da licitação de concessão) subdelegue o objeto contratado? Se sim, cite duas condições?
 4. Há a necessidade de que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico definam metas de universalização? Explique.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A efetivação do direito à cidade exige políticas setoriais que se articulem no território. A Lei nº 11.445/2007 (saneamento básico) e a Lei nº 12.587/2012 (mobilidade urbana) consolidam princípios como universalização, equidade, planejamento de longo prazo, sustentabilidade econômico-financeira e participação social. No campo habitacional, a diretriz é produzir moradia bem localizada, regularizar e urbanizar assentamentos precários, evitando a reprodução da segregação. Persistem, porém, déficits habitacionais, baixa cobertura de esgotamento sanitário e deslocamentos onerosos, revelando a necessidade de coordenação entre planos, contratos e investimentos.

Com base no texto motivador acima, responda necessariamente aos seguintes tópicos:

1. Aponte princípios e diretrizes comuns às políticas de habitação, saneamento (Lei nº 11.445/2007) e mobilidade urbana (Lei nº 12.587/2012) que materializam o direito à cidade.
2. Explique como a Lei nº 11.445/2007 estrutura o serviço de saneamento para alcançar universalização e sustentabilidade, indicando instrumentos de planejamento, regulação e financiamento.
3. Indique princípios centrais da Lei nº 12.587/2012 e estratégias de integração entre mobilidade, habitação e saneamento no território urbano.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
